A REINVENÇÃO DA MEMÓRIA ENTRE OS MODELOS DE SUBJETIVAÇÃO NA TEORIA FREUDIANA

THE REINVENTION OF MEMORY BETWEEN THE MODELS OF SUBJECTIVATION IN FREUDIAN THEORY

LA REINVENCIÓN DE LA MEMORIA ENTRE LOS MODELOS DE SUBJETIVACIÓN DE LA TEORÍA FREUDIANA

*Fernando Alberto Pozetti Filho**

RESUMO

Desde a proposição da teoria da “especialização funcional” ou “localizacionismo”, estudos neuropsíquicos sugeriram que o funcionamento da memória seguia os mesmos operadores. Contudo, uma teoria oposta, intitulada de “holista” por alguns autores, começou a ganhar relevância. Já nesta, o funcionamento psíquico ocorreria de maneira dinâmica, pois, em vez de centros especializados processando atribuições neurofuncionais, estes se dariam como resultados de conflitos, de inscrições descontinuadas, de um pluralismo lógico sobre a tramitação mnêmica. Tal tensão seria central para o estabelecimento da clínica psicanalítica e do avanço das pesquisas freudianas diante dos ensaios da formação subjetiva do inconsciente, da formalização dos modos de subjetivação e suas decorrências éticas para a fundamentação da práxis. Não obstante, conduziria à recategorização da natureza da memória, dotada, dessa vez, de uma premissa “produtora” e não apenas “transcritiva”. Proporcionaria à psicanálise filiar-se ao tempo de “passagens” e “transformações” aquilo de alteridade ontológica e epistemológica que lhe cabe.

Palavras-chave: Memória. Localizacionismo. Metapsicologia. Psicanálise.

ABSTRACT

Since the proposition of the theory of “functional specialization” or “localizationism”, neuropsychic studies have proposed that the functioning of memory is similar to such scope. However, in view of the initial investments of this proposal, simultaneously, an opposing theory entitled “holistic” by some viewers began to gain relevance. In this case, the psychic functioning would occur in a dynamic way, because instead of specialized centers processing neurofunctional attributions, these would occur as results of conflicts, of discontinued inscriptions, of a logical pluralism before the

Texto recebido em 5 de setembro de 2019 e aprovado para publicação em 6 de abril de 2020.

* Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), psicanalista, pedagogo e historiador da arte. Telefone: (11) 93343-3869. E-mail: felafilho@gmail.com

mnemonic process. Such tension will be central to the establishment of the psychoanalytic clinic and to the potentiation of Freudian research in the face of the subjective production of the unconscious, its formalization, its ethical consequences and the foundation of praxis. Nevertheless, it will lead to the re-categorization of the nature of memory, now endowed with a “producing” premise and not only “transcriptive”, will provide psychoanalysis to affiliate itself to the time of “passages” and “transformations” to that of ontological alterity that belongs to it.

Keywords: Memory. Localizationism. Metapsychology. Psychoanalysis.

RESUMEN

Desde la proposición de la teoría de la “especialización funcional” o “localización”, los estudios neuro psíquicos han propuesto que el funcionamiento de la memoria es similar a tal alcance. Sin embargo, en vista de las inversiones iniciales de esta propuesta, simultáneamente, una teoría opuesta titulada “holista” por algunos espectadores comenzó a ganar relevancia. En este caso, el funcionamiento psíquico se daría de manera dinámica, porque en lugar de centros especializados procesando atribuciones neuro funcionales, éstas se darían como resultado de conflictos, de inscripciones discontinuas, de un pluralismo lógico ante el proceso mnemotécnico. Tal tensión será central para el establecimiento de la clínica psicoanalítica y para la potenciación de la investigación freudiana frente a la producción subjetiva del inconsciente, su formalización, sus consecuencias éticas y el fundamento de la praxis. Sin embargo, conducirá a la recategorización de la naturaleza de la memoria, ahora dotada de una premisa “productora” y no sólo “transcriptiva”, proporcionará el psicoanálisis para afiliarse al tiempo de los “pasajes” y “transformaciones” al de la alteridad ontológica que le pertenece.

Palabras clave: Memoria. Localización. Metapsicología. Psicoanálisis.

1. INTRODUÇÃO

As imagens que habitam nossa mente, imagens que são impressas e, ou, armazenadas por “traços mnêmicos”, correspondem diretamente (embora possamos não estar conscientes do ampliado espectro de tal povoamento) formas com as quais possamos nos reconhecer como sujeitos (históricos ou do inconsciente), reconhecermo-nos, também, como alteridades nos processos de intersubjetivação, ou ainda, do fulcro inteligível e sensível de nossa ontologia.

São estas as imagens que ostentam e sustentam nossa inserção num complexo simbólico envolvendo os laços sociais, culturais, étnicos, personalíssimos, etc. Sob tal perspectiva, entre a associação desse povoamento imagético da mente e nosso reconhecimento identitário e social, produzimos nossos pensamentos e nossas ações caracterizados pela natureza, pelo conteúdo e pelo deslizamento e reprodução de tais imagens. Nesse entrecruzamento entre a capacidade de memorizar tudo o que a realidade nos fornece e o pensamento/ação, somos conduzidos a produções das mais banais, tais como o condicionamento de nossa rotina, compromissos e desejos, da utilização do léxico de nosso idioma, de recordar os títulos de livros e filmes, bem como construímos operações mais elaboradas, por exemplo, podemos constituir lógicas que nos fazem acessar um sentido integral de nossa “metafísica subjetiva” (estável no tempo e no espaço), e a partir dela, escolhemos quais formulações sensíveis, estéticas, morais, políticas e afetivas nos são compatíveis.

Todas essas carapaças dos “modos de ser” ocorrem de maneira tanto “endo” quanto “exoenergética”. Apesar de os termos serem emprestados dos estudos físico-químicos da ciência contemporânea, podemos transferi-los para a “ciência da subjetividade”, basta resgatar a alusão de como Freud passou a conceber de outra forma a divisão interno-externo. Sem de fato explicitá-lo, e já nos **últimos** anos de sua vida, admitiu que “O aparelho psíquico tinha uma extensão no espaço, e que o espaço, por sua vez, era a projeção deste aparelho” (Freud, 1985, citado por Násio, 2011, p. 11).

Tudo o que é armazenado e tramitado psiquicamente tem o poder de ser devolvido ao mundo, de transmutar-se e ganhar novos contornos, uma vez que imprimimos nossa marca subjetiva em cada objeto e, em seguida, liberamo-nos dele, devolvendo-o à realidade; porém, agora, transformando-a pela nossa capacidade heurística e pela nossa habilidade em manipular uma gama de códigos. Tal correspondência, que supomos conciliatória e coesa, no fundo, ostenta também uma disjunção e uma dissonância, e isso obrigatoriamente nos conduz a uma problemática: sendo a realidade condicionada a uma lógica de transformação ininterrupta, como suportaríamos “traços mnêmicos” rígidos e estáticos que não se articulassem com o próprio meio? Ou seja, como manter “traços de imagens” que reportam a lembranças e memórias fixas e perenes, que, por sua vez, suportariam o núcleo da identidade (com vistas a garantir a sobrevivência desse indivíduo e de sua cena psíquica) se tal psiquismo está orientado por uma realidade transitiva? Como manter o reconhecimento de si mesmo (permanente) perante tal impermanência do mundo? “Não tardaremos a ter a satisfação de saber que a correção da percepção interna não oferecerá

dificuldades tão grandes quanto a correção da percepção externa, que o objeto interno é menos incognoscível que o mundo externo” (Freud, 1914b/1996, p. 74).

Questionar a natureza e a inviolabilidade dessas “estruturas arquivistas” do cérebro e da mente já configura uma objeção radical ao grande arcabouço conceitual que rege quase a totalidade das ciências conhecidas e aplicadas. Voltando à nossa discussão inicial, já podemos aludir que, enquanto líamos algo óbvio, no fundo, estávamos diante do que provavelmente domina o pensamento desde que o primeiro programa de estudos sobre o homem foi articulado: “O *mito* de que a memória é um atributo inviolável, biológico e estanque da mente. Mito que considera que as imagens abstraídas estão permanentemente armazenadas e ‘povoam’ nosso cérebro” (Rosenfield, 1994, p. 8).

É claro que, a princípio, caímos num contrassenso, pois, se reconhecemos as pessoas e nós mesmos ao compararmos o que vemos, ouvimos e sentimos com o que está internalizado nas bases biológicas do cérebro e psíquicas da mente, e recordamo-nos “concretamente” por meio da ativação dessas imagens armazenadas e processadas, como questionar tal função tão realística, empírica e útil das aptidões neurofuncionais? Inicialmente, podemos apontar que tanto a capacitação de apreensão e cognição dessas imagens quanto seu processo de inscrição e armazenamento estão articulados por uma convenção epistemológica obscura, cujos operadores teóricos que sustentariam o pressuposto fundamental desse campo da neurociência não pôde ser atestado cientificamente até os dias atuais, ou seja, convencionou-se termos uma memória “idealizada”, cuja “especialidade” (dotada de vacâncias) e a prerrogativa de “sedimentação” e “acúmulo” de informação ininterrupta são seus elementos centrais. Ou seja, não apenas as funções neuronais eram localizadas como também a memória estava dividida em muitas subunidades especializadas. Mais de cem anos após a publicação desses estudos, e ainda não há neuroimagens capazes de apontar com precisão a relação anatômica das patologias mentais graves. Esses processos corticais e mentais trabalham em realidades de interações em que não foi possível registrar ou mesmo colher dados analíticos e empíricos seguros até os dias atuais. Mesmo porque cada sistema nervoso (e assim deve ser os sistemas neuronais) responde distintamente de pessoa para pessoa.

A neurologia moderna talvez tenha sido construída sobre pressupostos incorretos acerca de como funciona o cérebro. Não só é possível que a doutrina da localização das funções seja enganosa, como também o pressuposto fundamental de que as lembranças existem em nosso cérebro como traços fixos, cuidadosamente arquivados e armazenados, talvez seja um erro (Rosenfield, 1994, p. 5).

Entre o mito, o senso comum e a tradição científica, a mesma compreensão é (não sem suspeita) compartilhada: de que a natureza de nossa memória trouxe consigo esse pressuposto fundamental em que “há lembranças permanentes armazenadas em nosso cérebro”. Não parece difícil respondermos aqui sobre qual a real natureza da memória para a corrente acadêmica que legisla nesses termos conceituais: a memória é um dispositivo dotado de poder “transcritivo”.

Não é estranho ouvirmos que a memória funciona como um *HD* de computador com capacidade indefinida de armazenamento. Na disposição dos “arquivos”, também não se consegue distinguir se estes são ocupados por lembranças emocionais, figurativas, inconscientes. Ou seja, se este *HD* recebe, num mesmo arquivo, “documentos” de múltiplas “extensões”. Não obstante, ao indivíduo bastaria “abrir” esses arquivos e transcrever essas informações uma vez requisitadas por si ou por outrem. “Não se pode falar em progresso em psicologia sem ser um pouco irônico –, que consideram que a mente é o *software* enquanto o cérebro é o *hardware*, apenas modificam o vocabulário: continuam presas dentro dos mesmos parâmetros que paralisaram a investigação de Watson” (Gabby Junior, 1998, p. 8).

O teórico da Ciência, Israel Rosenfield, ao retomar todos os programas de estudo sobre a memória, incita-nos a pensar que esta seria, por sua vez, constituída por algo não sedimentado, fixo, estático ou idealizado. Está ausente, em sua teoria, a característica acumulação progressiva e quantitativa de informações. Assim, estimula uma ácida provocação:

Se as lembranças não são as imagens fixas que a tradição e o senso comum têm-nos levado a crer que são, devemos rever toda a nossa compreensão da natureza do pensamento e da ação e de suas bases biológicas no funcionamento cerebral (Rosenfield, 1994, p. 4).

Se a maioria das discussões sobre o cérebro tomam por certa tal ideia de capacitação de “lembranças permanentes” como precondição elementar do racionalismo antropocêntrico e filosófico, a proposta de subversão a esse estatuto inferirá a novas considerações sobre a contingência e o imprevisto das construções “micro-ontológicas” neuronais e “macrossistêmicas” do Poder. Uma face real desse cenário poderia ser resgatada pela medicalização em massa de milhares de idosos brasileiros (ou milhões ao redor do mundo) diagnosticados com Alzheimer; que, muitas vezes, são alvo de anamneses apressadas, rasas e obscuras, muitas dessas elaboradas pelo médico com o paciente já sob efeitos de drogas que modulam quimicamente a subjetividade e as funções neuronais básicas. Positivado como um diagnóstico, de qualquer forma, mas inconclusivo sem dúvida. A perda da memória pode ser ocasionada por inúmeros fatores, isso é o mesmo que diagnosticar a depressão (como carência enzimática de substâncias

no cérebro) com base em processos melancólicos esporádicos na vida de um sujeito. Não há qualquer testagem ou exame laboratorial que indique que a localização da doença no cérebro (para tal paciente) comprova um determinado comportamento, uma personalidade, uma capacidade ou defasagem intelectual. Independentemente do cenário, a anamnese torna-se prescrição. Dá o aval para acesso a novos compostos químicos e que, como esperado, têm baixa eficácia de cura.

Na composição dos princípios ativos da “intensa” medicação oferecida, há referências (na bula) de que o efeito da “perda da memória” e “dificuldades cognitivas” seriam solucionados, visto que os “inibidores” incidirão em “áreas específicas” do cérebro e “destravarão” os “fluxos” do “conteúdo” da memória e do aprendizado que, ali, estão “inertes” (Novartis, 2021). Essa tecnologia que liga o absurdo do gerenciamento da população à produção do lucro capitalista sem que resistências possam se impor (devido ao alto poder de repreensão do discurso científico também) faz a expropriação da própria doença uma cultura e, por meio da Medicina como propagadora de um discurso (perverso e que conta com o auxílio da própria universidade), trabalham unidos pelo expansionismo neoliberal através da vitalidade de sua multibilionária indústria farmacêutica, planos e seguros de saúde, e eliminação necropolítica desse nicho.

Há guerras ocorrendo no controle do saber do funcionamento neuronal há mais de 120 anos. De muitas formas, somos herdeiros dos paradoxos aqui brevemente ventilados. Porém, encontraremos uma indefinição elementar, no coração do saber clássico, que, de saída, põe em xeque os próprios pressupostos de localização e permanência. Esta diz respeito a total supressão e incompreensão sobre “como” ocorre a formação do traço mnêmico original. Como a informação da realidade é gravada no tecido e tramitada abstratamente pela psique? Ou seja, tomou-se a ocorrência da “inscrição desses traços” como uma capacidade “apriorística” do cérebro, algo como um “inato poder arquivístico”. Apesar do apelo de uma suposta segurança científica, visada por meio de um conjunto controlado de correlações (objetos-percepções), não se explicou exatamente “como”, no contato inicial com as informações, as imagens são reconhecidas e internalizadas; pois a forma de sua “entrada” no aparelho nunca será equivalente àquilo de rememoração, verbalização e simbolização que se faz dessa percepção inicial. Não há algo como um “referente de percepção” que tramitaria os objetos do mundo à consciência ou às experiências; mesmo que desenvolvessem fenômenos adequados à sua forma originária, pré-perceptiva, ou até fisiológica.

Profundamente incomodado com sua falta de fidedignidade, Freud sugeriu que as lembranças eram fragmentadas e que o reconhecimento, por conseguinte, não poderia ser um simples cotejo das imagens percebidas com as armazenadas.

Ele observou que fragmentos e retalhos do passado das pessoas manifestavam-se, muitas vezes, nos sonhos e nos sintomas neuróticos, e só eram reconhecidos como “lembranças” quando ligados aos afetos (Rosenfield, 1994, p. 6). Isso o obrigou, então, a dar explicações quanto à fragmentação em termos de “condensação” e “deslocamento” e dentro de “um conjunto de impressões organizadas numa rede psíquica resumida a “diferenças, espaçamentos e temporalizações” (Derrida, 2011, p. 300). Por isso, a memória aparece como a coexistência de todos os graus de “diferença” nessa multiplicidade, ostenta em si caráter virtual, implícito à própria hipótese do inconsciente. Para Freud, não há recordação sem contexto, e nunca se vive exclusivamente no presente. E, já que o contexto deve, necessariamente, estar em constante mudança, nunca pode haver uma memória permanente ou absoluta. Dessa contingência, por exemplo, o inconsciente assume seu “acontecimento imprevisto”, disjuntivo, ou seja, que não é descrito ao redor de um núcleo rígido no qual o determinismo de nossas experiências individuais e passadas ressoam irredutivelmente a nossa composição subjetiva e a nossa expressão.

Os “localizacionistas” não se perguntaram também qual a razão da existência dos aparentes “centros” especializados. Por que teria o cérebro tantos centros mnemônicos, quando tudo o que se faz necessário é “juntar os pedaços” em vez de dissociá-los? Nesse ambiente difuso, a neurologia moderna constituiu todo o seu campo de pesquisa acreditando que tais mecanismos primários existem, naturalizando-os como princípios “originais, biológicos, metafísicos” e pior, “invioláveis”.

Contudo, fatos como a inexatidão, falhas da memória e a reapropriação de funções mentais perdidas após traumas no cérebro forneceriam aos críticos “antilocacionistas” elementos empíricos suficientes para embasar suas novas teorias. No caso de um trauma, como quando há lesão em determinada área do cérebro, que controla, por exemplo, a fala, muitas vezes o quadro clínico do paciente (que perde a capacidade de falar) é totalmente reversível. Mesmo que a área atingida perca total ou parcialmente as funções neuronais, o cérebro, com o tempo, consegue direcionar para outra região mecanismos para a verbalização de palavras, conduzindo o paciente a retomar sua capacidade sem qualquer sequela. “Essa lesão cerebral causa um rearranjo da maneira como os estímulos se inter-relacionam. Ela pode impedir que se estabeleçam alguns tipos de relações entre os estímulos e, com isso, forçar o cérebro a substituí-las por outras” (Rosenfield, 1994, p. 68).

A solução muito evidente é a de que produzir uma “reorganização dos padrões de pensamento” e até, talvez, de nossos “valores”, é uma atribuição mental primordialmente dialética e que ainda garante a sobrevivência e o espaço para a

vida. Freud, expoente principal da vertente “holista”, considerou, por exemplo (na iniciativa de supressão pela clínica de um quadro de depressão melancólica, como aquele tratado em seu ensaio de 1914, intitulado *Luto e melancolia*), que a “significação” da perda de um ente durante seu processo de luto não constitua um “apagamento” das lembranças, no qual a pessoa deleta de sua história os fatos, as experiências, os aprendizados e conflitos vivenciados, mas sobretudo se deve, apenas como estratégia inconsciente, realizar um “deslizamento” visando a produzir novas conexões, novas atribuições que capacitarão novos desejos, novas aspirações de contato com o outro.

O que se espera nas ações terapêuticas é que o analisante possa (re)categorizar a maneira de encarar o mundo, e isso passa pela relação entre atividade cerebral e o ambiente, a linguagem, o sentimento e a razão, a imaginação e a possibilidade de invenção de si “mais além” de uma identidade fixa ou de um Outro. Nesse arcabouço, a memória não é “transcritiva”, mas implica algo de “produtivo”, ou seja, uma prerrogativa em que a criação de lembranças ocorre de forma instantânea, do “presente” para o “passado”, numa metamórfica operação neuronal baseada no movimento das informações e estímulos “ali” e em “ato”, pois, de saída, não “há nada armazenado no cérebro”. Existem apenas meios de reorganizar as impressões passadas, de dar ao mundo incoerente e onírico da memória uma realidade concreta. Assim, Freud se vê constantemente impelido a incrementar sua hipótese do inconsciente, como nesta passagem:

Os dados da consciência têm em si um imenso número de lacunas; tanto nas pessoas sadias, quanto nas enfermas, é frequente ocorrerem atos psíquicos que só podem ser explicados pela pressuposição de outros atos dos quais, não obstante, a consciência não oferece nenhuma prova. . . , enquadram-se num encadeamento que se pode demonstrar quando interpolamos entre eles os atos inconscientes que inferimos (Freud, 1915/1996, pp. 166-167).

As memórias inconscientes específicas não responderiam pelo sentimento de continuidade; a continuidade é consequência de nossa capacidade de ver as coisas em relações mais amplas. Conseguimos (re)produzir as lembranças por cadeias associativas que são contingentes a cada estímulo e necessidade “presentes” no contato com a psique e com as interações intersubjetivas e inconscientes. No tocante à inviolabilidade das lembranças defendida pelas correntes científicas *standards*, em consonância com as prerrogativas perceptivas e cognitivas – que se baseiam no acesso aos traços mnemônicos permanentes (cotejando-se uma imagem vista com uma imagem armazenada no cérebro) –, a corrente opositora será ainda mais enfática. Ela questiona, em última análise, as implicações de que a própria “percepção” representa, ou seja, que esta não tenha, necessariamente, relações recíprocas através da figuração “mentalista” e íntegra do meio ambiente a que se dispõe. Abre-se aqui a possibilidade de que

a “percepção” e o “reconhecimento” são funções cerebrais independentes. Será por isso que o reconhecimento, para a psicanálise, é sempre referendado por um fluxo dinâmico de estatutos lógicos (intersubjetivo, estrutural, material, pulsional, dialético), e uma vez flexionado o aparato das ligações primárias, flexiona-se também elementos perceptivos, imaginários, sexuais, ontológicos e epistemológicos.

E, quando o paciente obsessivo põe o dedo no ponto fraco da segurança da nossa vida psíquica – na não-fidedignidade da nossa memória –, essa descoberta lhe permite estender sua dúvida a tudo, até mesmo a atos já praticados. . . e ao passado inteiro (Freud, 1893-1985/1996, p. 243).

Trata-se de escrever acerca de uma memória ausente *qua* presente (*Verdrangung*/recalque). De um objeto de desejo familiar e estrangeiro ao mesmo tempo (*Unheimliche*); de uma lembrança ficcional cuja nitidez é proporcional à lacuna da memória que a condiciona (*Deckerinnerung*/lembrança encobridora); de uma negação que é afirmação (*Verneinung*) (Iannini, 2012, p. 77).

Perante a famígera sincronia entre “traços mnêmicos” computados e o livre acesso a estes, somente o fato de “carregarmos” imagens fixas no cérebro nos tomaria uma elevada soma de energia visando a conservá-las, e o cérebro já consome cerca de 20% de toda energia do corpo. O acúmulo progressivo de memórias requereria um suporte energético ativado e hipercalórico (mesmo que tais memórias estariam, em grande parte do tempo, e em sua radical maioria, adormecidas e inutilizadas).

Todavia, são “fragmentos” mnêmicos tudo o que resta em nossas memórias, as “condensações” de imagens como “traço abstrato” que associam cenas, espectros e afetos. Fragmentos esvoaçantes não especularizáveis, cenas oníricas intercalando-se sem um cenário de linguagem no “trabalho de um tempo” específico de “revelações” (*a posteriori*); nossas memórias permanecem fragmentos que podem não ter nenhum “sentido” ou interpretação, um fluxo alucinatório que formariam silenciosos diálogos mentais surrealistas. O que constituímos não é a habilidade de lidar com o desejo de resgatar imagens, mas um processo anterior, em que uma programação de inscrições espaçotemporais são constituídas em um nexo de causalidade, programando uma complexa rede de relações não assimiláveis ou redutíveis por qualquer método ou diagnóstico, isso foi o que Derrida chamou de “A cena da escritura psíquica”.

Não mais de imagens fixas que dependeríamos, mas de recriações (atos imaginativos) remodelando o passado para construir uma paralaxe ao presente. E, ao mesmo tempo, remodeladas pelo presente de maneiras contingenciadas pela natureza do passado. Quando internalizamos um objeto, estamos, na

avaliação freudiana, abstraindo aspectos informes e anamórficos desses objetos (não sua forma inviolável e íntegra ou sua caracterização mimética), mas a um detalhe plástico informe, que rapidamente evocam um afeto para o auxílio de sua abstração. Um fractal de tais objetos que, não obstante, resolve-se a nós, uma vez que tais fragmentos carregam “um tensor”: são condensações de muitas imagens que se referem a muitas coisas diferentes, adquirindo um sentido específico num referencial às vezes previsível às vezes contingente. Textualmente, Freud argumenta que “não são estáticos em parte alguma [do cérebro]”, pois “é impossível termos uma localização cortical separada” (Freud, 1891/2014, p. 103). Essas alusões dificilmente se explicariam pela “localização das funções”, que implicará, *a priori*, na existência de “percepções” estáveis e de lembranças “associadas” a outras percepções e lembranças, ou seja, esquemas transcritivos e não inventivos.

2. POLARIDADE DINÂMICA

No início do século XIX, eram comuns premissas como as do neuroanatomista austríaco Franz Gall, para quem o exame das saliências na cabeça de uma pessoa revelava tanto os talentos e as características psicológicas quanto os traços de caráter; não apenas Lombroso¹ esteve empreitado em formular conexões causais ao redor da anatomia cerebral, a plasticidade dos traços da face e uma implicação moral, psíquica, sexual e criminal. Tal obscuridade começará a ser dissolvida pelos estudos “técnicos” do neurônio, iniciados por volta de 1870 por M. J. P. Flourens, Ernst von Brucke, Carl Wernicke, Theodor Meynert, Paul Broca e Sigmund Freud.

Buscaram-se, sobretudo, novas orientações de “pesquisa” uma vez capazes de visualizar e conjecturar as redes de neurônios, indagar sobre suas cadeias de conexão, descobrir os percursos de energia e de comunicação, suas falhas, desvios, gastos calóricos, etc. Todos esses avanços, contudo, não foram suficientes para solucionar como ocorreria a “inscrição” da informação apreendida pelo neurônio no tecido, e conseqüentemente, na memória. Justamente essa “ponte” entre um dado empírico e um hipotético envolvendo o mesmo fenômeno material e cognitivo foi ensaiada por Freud num momento-chave de seu pensamento, e que ainda, nos dias atuais, traz grandes controversas.

No *Ensaio crítico sobre as afasias*, texto de 1891, elementos de destaque na teoria começam a ser explicados em termos de “linguagem”, culminando, assim, nas primeiras investigações em torno da neurose e da histeria, ou seja,

¹ Cesare Lombroso é creditado como o criador da antropologia criminal e suas ideias polêmicas e inconsistentes deram nascimento à Escola Positiva de Direito Penal, mais precisamente a que se refere ao positivismo evolucionista, que baseava sua interpretação em fatos e investigações científicas obscuras. Por exemplo, ao comparar traços anatômicos e fisiológico da face com a propensão a declinações criminosas.

adere-se a um procedimento hermenêutico que incluía em sua leitura quadros psicopatológicos apreciados verbalmente. “Do ponto de vista psicológico”, escreve Freud, “reconhecemos a palavra como um complexo de conceitos (impressões, imagens) que, através de sua parte sensorial (seu componente auditivo), liga-se ao complexo de associações do objeto” (Freud 1891/2014, p. 57). Não apenas essa deflagração é bem-aceita, como a inclusão que o reconhecimento habita diferentes “tempos de inscrição” ou “ligamento” suplementares.

A rigor, em suas primeiras teses contrárias à “localização das funções”, Freud pareceu enfatizar justamente esses aspectos: “Ele havia argumentado que uma ideia não podia ser separada de suas associações. Freud considerava ilusória a evidência de sujeitos com lesão cerebral que sugeria que os conceitos se ‘dividiam’ no interior do cérebro” (Rosenfield, 1994, p. 82). Os pedaços e fragmentos de um conceito e suas associações (encontrados num paciente com lesão cerebral) dificilmente seriam pedaços e fragmentos e sim “eram conceitos *diferentes*, novos arranjos da informação exigidos pela perda de tecido cerebral” (Rosenfield, 1994, p. 82).

Uma atenção especial é ainda concedida, e continuará sendo, ao movimento histórico que conduziu o trabalho inicial de Freud como neuroanatomista, neurofisiologista e neuropatologista. Pois através destes, ele defendeu a hipótese de que os “movimentos psíquicos” eram suportados por uma “descontinuidade neuronal” (Freud, 1895/1996). Ao avaliar o sintoma da afasia, sua hipótese era de que o processamento da psique desencadearia uma “lesão dinâmica”, necessariamente global, e a insistência da lesão como causalidade de uma localização específica no cérebro, deveria ser parcialmente relevada. Mesmo nos casos em que há lesões materiais localizadas, o distúrbio decorrente somente se explica por um padrão de reação da atividade cortical à desorganização funcional causada pelo trauma orgânico, e não, como queria o localizacionismo, pela atribuição à região lesada do papel de sede da função perdida ou prejudicada. Entre a *Concepção das afasias* (1891/2014) e sua definitiva incorporação à teoria “neuronal” e à teoria da “polaridade dinâmica” no *Projeto* (Freud, 1895/1996), temos, acima de tudo, uma articulação e avanço epistemológico pautado nesta tensão de se articular ambos processos (premissa neurocientífica e estatuto hermenêutico da mente) e que acomodarão, não sem mais tensão, os movimentos radicais do pensamento freudiano a partir de 1896, com a formulação do inconsciente e, em seguida, de sua clínica.

Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não preexiste de maneira simples, mas múltipla; que ela é registrada em diferentes espécies de signos. . . Não sei dizer quanto desses registros há: três, pelo menos, provavelmente mais (Freud, 1896/1996, p. 281).

De certa forma, respostas estavam sendo procuradas e testadas clinicamente por Freud, que procurará expandir a homogeneidade dos processos da microestrutura anatômica do sistema nervoso tornando fecundo, já a primeira parte do *Projeto*, que “o psiquismo seria fundamentalmente formado por um conjunto de *marcas*, que o psicanalista denominará de *engramas*” (Birman, 2007, p. 12). Podemos inferir que tais engramas formarão uma lógica de conflitos através da “oposição entre instâncias e sistemas” (Iannini, 2012, p. 37).

Se o ensaio de 1891 sobre a questão das afasias pode ser considerado o passo inaugural da metapsicologia freudiana, é em razão da reflexão que se pode encontrar sobre a “natureza da representação” se reorientar pela natureza de “um processo” de relações polarizadas entre funções dispersivas. Para Freud, a teoria neuronal, neste momento, deveria convergir às funções nervosas, pois se produziriam em um eixo sincrônico e diacrônico ao mesmo tempo. Não primeiramente subjetivo e posteriormente objetivo.

Uma lembrança é todo o complexo de ideias, e qualquer nova disposição modifica as próprias ideias, o enquadramento, e a plasticidade dessas imagens circulares. Para o psicanalista, uma lembrança é uma generalização instrumental complexa, uma “escritura” a partir da qual se organizam “jogos”. Aqui se apresenta algo muito elementar para o nascimento da psicanálise: em toda experiência que envolve processos de subjetivação, um entrelaçamento ou esfumaçamento entre passado e presente deve ocorrer, e isso não é exclusivo do plano de imanência, dos conceitos, do indizível, mas numa intersecção entre experiência, pensamento, fala e reconfiguração microneuronais. Nas “localizações” (ou, na versão contemporânea, as “especializações funcionais”), fica implícito que não é o cérebro que cria nossas percepções a partir de estímulos ambíguos, mas que ele “seleciona informações” cuidadosamente dispostas em um incontingente domínio.

Por isso, a memória aparece como a coexistência de todos os graus de “diferença” nessa multiplicidade, ostenta em si caráter virtual, implícito à própria hipótese do inconsciente. Para Freud, não há recordação sem contexto e nunca se vive exclusivamente no presente. E já que o contexto deve, necessariamente, estar em constante mudança, nunca pode haver uma memória permanente ou absoluta. Dessa contingência, por exemplo, o inconsciente assume seu “acontecimento imprevisto”, disjuntivo, ou seja, que não é descrito ao redor de um núcleo rígido no qual o determinismo de nossas experiências individuais e passadas ressoam irreduzivelmente nossa composição subjetiva e nossa expressão. O inconsciente não é psicológico.

Se o cérebro categoriza os estímulos de acordo com a experiência e com as necessidades e desejos atuais, e essa categorização constitui a base da percepção

e do reconhecimento, aquilo que vemos não depende de computação, mas do que vimos e vivenciamos no passado sincronizado ao presente imediato. Para Freud, são os atos de natureza “rememorativa” que ativam as potências capazes de reconfiguração instrumental de arranjos, por isso a rememoração também é uma forma de subjetivação. Este será justamente o núcleo da técnica analítica: entre a escuta flutuante e a associação livre, uma operação tipicamente permissiva propõe a articulação das duas temporalidades implícitas à rememoração, e esta é, inclusive, a própria possibilidade da construção da relação transferencial.

Por que esses encaminhamentos críticos são tão importantes para o exercício psicanalítico, uma vez que o analista venha a questionar os pressupostos fundamentais sobre a elaboração narrativa do analisante dentro da experiência analítica?

Uma vez que se difrata em unidades contingentes, o “traço” revela os sistemas de divisões intrapsíquicas e, conseqüentemente, respeita a própria operação divisória dos sistemas neuronais em suas sinapses. Aludir esse evento como fato clínico permitiu a Freud conjecturar o espaço da castração, da denegação, do sintoma, etc. Por isso as importantes digressões sobre os sonhos são invocadas logo após o nascimento da psicanálise. Ao sonhador, muitos elementos que demandam uma construção textual não fazem parte de experiências imediatas, sendo necessário um trabalho de formulação, que, em parte, é o coração da experiência analítica, pois ultrapassa os limites da linguagem que constituem uma visão de mundo constrangida. Dentro das atividades clínicas, as “lembranças” evocadas pelos pacientes muitas vezes são impressões abstratas de “mescla de memórias”, geralmente anacrônicas, esquizoides, cômicas, *nonsense*, em que sentidos mesclam-se, sedimentam-se e repetem-se.

Assim, no decorrer de uma análise, um analisante pode produzir uma série de afirmações semelhantes, mas não idênticas, e que parecem constituir recordações, mas às quais ele não presta a menor atenção. Por isso, não existem recordações específicas em nosso cérebro; existem apenas meios de reorganizar as impressões passadas, de dar ao mundo incoerente e onírico da memória uma realidade concreta. As memórias não são fixas, mas sim generalizações (recriações) do passado que estão em constante evolução, dando-nos um sentimento de continuidade e vacuidade entre o passado, o presente e o futuro. As memórias não são unidades distintas, vinculadas ao longo do tempo, e sim um sistema em evolução dinâmica.

Os dados da consciência têm em si um imenso número de lacunas. É frequente ocorrerem atos psíquicos que somente podem ser explicados pela pressuposição de outros atos dos quais, não obstante, a consciência não oferece nenhuma

prova. Estes não apenas incluem os atos falhos e os sonhos, ou tudo o que é descrito como sintomas psíquicos, obsessões, etc., são as próprias formações do inconsciente. Nossa experiência pessoal mais cotidiana familiariza-nos com ideias que nos vem à cabeça sem que saibamos de onde e com que ou às quais conclusões cognitivas chegamos.

Uma vez que somos confrontados com o novo e o inesperado, num presente cuja tessitura é contingente, inflamamos nossa capacidade de generalizar e categorizar, tanto influenciados pelas circunstâncias quanto por um suposto sentido de continuidade. Há uma semelhança da continuidade do pensamento aos próprios processos mentais microanatômicos, e é justamente dessas categorizações e recategorizações que conferem à nossa vida mental o sentido de um todo, que Freud postulou a existência do inconsciente.

3. POR UMA PRÁXIS INSTITUINTE NA TRANSFERÊNCIA

A transferência é a descrição do movimento de uma emergência desse impensado cuja nomeação não se alcança. Ainda falta ao analisante uma palavra e, na semana seguinte, a falta não será a mesma, pois se muda o jogo de encaixe dos significantes. A transferência é a impulsão daqueles que visam a acertar o “nome”, ela é a “reencenação” disso que se deve dizer, e que está refém dos traços que se inscreveram no organograma da abstração/memória.

Em *A história do movimento psicanalítico*, encontramos uma passagem em que Freud (1914/1980) diz: “Qualquer linha que reconheça estes dois fatos (a transferência e a resistência) e os tome como ponto de partida do seu trabalho, tem o direito de chamar-se psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus” (p. 26). Tal generosidade do psicanalista já estava em consonância com a possibilidade, inerente à psicanálise (em suas futuras e inevitáveis alterações da cartografia conceitual), nesse seu trabalho incessante de “desconstrução” e “transformação” de si mesma e do outro, promovendo uma “transferência nômade” (Kupermann, 2009, p. 306, grifo do autor), incapaz de se filiar a um único escopo teórico, institucional, lógico, paradigmático e técnico.

Quando Freud ratifica não haver no sonho uma produção significativa, isso se deve pelo fato do sonho, para o psicanalista, ser uma modalidade de pensamento ou, mais apropriadamente, “o conteúdo do sonho é como uma transferência dos pensamentos oníricos em outro modo de expressão” (Freud, 1900-1991/1996, p. 303). A interpretação analítica pela transferência também tramita pensamentos “em outro modo de expressão”, pois, ao lidar de forma tátil com cada produção de memória, da narrativa onírica, dos lapsos, dos chistes, etc., sob cada um de

seus estágios fragmentados verbalizados em associações livres, passa a incorporar elaborações reflexivas sem sentido preestabelecido.

A “livre associação” é, ao mesmo tempo, função e campo da memória. Isso porque ela relançaria o processo de “diferir”; que regularia a cena psíquica da escritura pela inscrição de outros signos, justamente os que retomam “pelos devires espaciais e temporais” abertos pela transferência; sempre sob a égide de uma experiência contingente do inconsciente. O trabalho do que se difere é isso que faz todo ser tender-se à “temporalização”. Por isso que a qualidade do manejo temporal na transferência requer atenção à compreensão desse “tempo” essencialmente “interno”, marcado, além disso, por uma reversibilidade e abertura ao novo, tempo heterogêneo, qualitativo, tempo de uma ontologia que é capaz de produzir experiências produtivas também pela “indeterminação” e pela “incompletude”; “traços mnêmicos diferenciais” operando entre o biológico e o filosófico (num explícito conflito dialético entre a natureza física e a dialética da natureza negativa do pensamento). “A psicanálise questiona em última análise a distinção comum e cômoda entre um termo de realidade e sua representação” (Leclair, 1977, p. 47).

A flecha do tempo linear, distinguindo um passado, um presente e um futuro, é bruscamente contestada por essa presença que põe em jogo a associação dos vestígios mnésicos. E é no momento em que se manifesta essa presença, pela superposição dos vestígios de um acontecimento presente e de um acontecimento passado, que esse passado pode ver-se assim historicizado, subjetivado. Era preciso um acontecimento novo para que o acontecimento antigo ressoasse a tivesse acesso à presença (Poulichet, 1996, p. 18).

O que se segue é um trecho do diálogo de Serge Leclair com um interlocutor, uma vez que o questionara sobre a natureza de seu trabalho de analista:

Que apaixonante profissão a vossa! Confessar pessoas, compreendê-las, ajudá-las, mas, digei-me, como fazeis?

Pois bem, não estou de modo algum ali, – quero dizer, em minha poltrona – nem para recolher confidências nem para ajudar, menos ainda para compreender... O que não diminui em nada o interesse do trabalho, pelo contrário (Leclair, 1977, p. 141).

Se Leclair diz menosprezar o dizer catártico, “neuroticocêntrico” e maiêutico dos analisantes, ele desloca-se ao flanco, afastando um passo para “ouvir” de outra “perspectiva”, a cadeia significante que lhe é direcionada. Sem essa posição existencial e projetiva que se declina ao “conflito”, as causas psicanalíticas seriam causas perdidas, pois, sem a reversibilidade dos laços que solidificam sujeitos-sintomas, Estados-extremismos, fantasia-passagem ao ato, objeto-traço, a clínica se priva de uma ação estratégica e se reduziria ao exercício de um poder.

Na práxis, tenciona-se a expectativa da irrupção, de emergência a alguma alteridade que desaponte na hora que se percebe do que, realmente, um discurso é feito. Nos laços que, soldados pela adesão discursiva alienatória, também se forjou a razão daquele sintoma, os “espirituais da verdade”, a orientação vazia de uma demanda, o espectro da formação da identidade. Essa clínica não galga o exercício bem-sucedido de adaptação social e de fortalecimento da autonomia individual. Essas são estratégias contaminadas. Por isso, subverte e contradiz: clínica como local de uma “não resposta” ao pedido constituído pelo discurso do paciente. Ao término da análise (com ou sem “atravessamento do fantasma”), o analisante “não saberá melhor quem ele é. Saberá somente a que está sujeito e a que ‘cifra’ responde” (Leclair, 1977, p. 143).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do questionamento ante um paradigma epistemológico obscuro, cujos operadores que sustentariam o pressuposto fundamental da frenologia (localizacionismo), incluindo sua derivação ao estatuto operatório da memória, não pôde ser atestado cientificamente até os dias atuais. Nesse convencionalismo, persistiu-se na ideia de que a memória tem uma natureza “idealizada”, cuja “espacialidade” e a prerrogativa de “sedimentação” e “acúmulo” de informação ininterrupta é seu elemento central. A tal escopo se contrapôs outro, que aborda a memória constituída por algo não sedimentado, estático ou idealizado.

Entre os argumentos selecionados, optou-se por àqueles que aludem à inexatidão e às falhas da memória, bem como o rearranjo de funções mentais perdidas após traumas no cérebro e o dispêndio de energia em organizar toda a capacidade do sistema mnêmico. Sob essa prerrogativa, que encontrou em Sigmund Freud um exímio defensor, incorporamos a qualidade operatória da memória em sua extensão “produtiva”, ou seja, que a criação de lembranças ocorre de forma instantânea, do “presente para o passado”, numa metamórfica operação neuronal baseada no movimento das informações e estímulos “ali” e em “ato”, pois, de saída, não “há nada armazenado no cérebro”.

Nessa hipótese conseguimos (re)produzir as lembranças por cadeias associativas que são contingentes a cada estímulo e necessidade “presentes” e na agência de contato com a psique, ou seja, nas interações intersubjetivas e inconscientes. Para tanto, alertou-se que são de “fragmentos” mnêmicos tudo o que resta em nossas memórias, e que tais fragmentos são internalizados como “traços abstratos” que associam cenas, espectros e afetos capazes de recompor a integralidade do sentido e da figuração do objeto abstraído. Por isso, não mais de imagens fixas (transcritivas) que dependeríamos, mas de recriações

(atos imaginativos) remodelando o passado, para construir uma paralaxe ao presente. Esse procedimento de ininterrupta conjectura de possibilidades de funcionamento da psique comporta tanto os modos de subjetivação quanto atos de natureza clínica, como a transferência.

REFERÊNCIAS

- Birman, J. (2007). Escrita e psicanálise: Derrida, leitor de Freud. *Natureza humana*, 9(2), 2-13. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302007000200003
- Derrida, J. (2011). Freud e a cena da escritura. In J. Derrida, *A escritura e a diferença*. (M. B. M. N. Silva, P. L. Lopes, P. Carvalho, Trans., pp. 289-338). Perspectiva.
- Freud, S. (1980). A história do movimento psicanalítico. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. (Vol. 14, pp. 16-82). Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In J. Salomão (Ed. & Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 4-5, pp. 1-360). Imago. (Trabalho original publicado em 1900-1901).
- Freud, S. (1996). Carta 52. In J. Salomão (Ed. & Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 1, pp. 281-287). Imago. (Trabalho original publicado em 1896).
- Freud, S. (1996). Estudos sobre a histeria. In J. Salomão (Ed. & Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 2, pp. 13-318). Imago. (Trabalho original publicado em 1893-1985).
- Freud, S. (1996). Luto e melancolia. In J. Salomão (Ed. & Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 14, pp. 249-263). Imago. (Trabalho original publicado em 1914a).
- Freud, S. (1996). Projeto para uma Psicologia científica. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos. In J. Salomão (Ed. & Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 1, pp. 355-450). Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1996). Trabalhos sobre metapsicologia. O inconsciente. Justificação do conceito de inconsciente. In J. Salomão (Ed. & Trad.), *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 14, pp. 163-204). Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2014). Sobre a concepção das afasias: um estudo crítico. In S. Freud, & L. A. Garcia-Roza, *Sobre a concepção das afasias: As afasias de 1891* (R. D.

- Mundt, trad., pp. 13-124). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1891).
- Gabbi, O. F., Junior (1998). Prefácio. In G. Poutzer. *Crítica dos fundamentos da Psicologia: a psicologia e a psicanálise*. (pp. 3-15). Unimep.
- Iannini, G. (2012). *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. Autêntica.
- Kupermann, D. (2009). *Sobre a produção psicanalítica e os cenários da universidade*. *Psico*, 40(3), 300-307. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/6597/4797>
- Leclair, S. (1977). *Psicanalisar*. (D. Checchinato, S. J. Almeida, Trans.). Perspectiva.
- Násio, J-D. (2011). *Introdução à topologia de Lacan*. (C. Berliner, Trad.). Zahar.
- Novartis. (2021). *Excelon Patch* (bula). Novartis. <https://portal.novartis.com.br/medicamentos/wp-content/uploads/2021/10/Bula-EXELON-EXELON-PATCH-Adesivo-Medico.pdf>
- Poulichet, S. (1996). *O tempo na psicanálise*. (L. Magalhães, Trad.). Jorge Zahar.
- Rosenfield, I. (1994). *A invenção da memória: uma nova visão do cérebro*. (V. Ribeiro, Trad., R. Lent, rev. téc.). Nova fronteira.